



Departamento de Administração Geral
Divisão de Logística e Gestão Patrimonial
Gabinete de Aprovisionamentos

Caderno de Encargos

**Fiscalização da Empreitada de Construção da Rede
de Drenagem de Águas Residuais Domésticas do
Bairro 1º de Maio, Penteado-Moita**

Consulta Prévia

N.º 23/ConsP/CMM/2025

Caderno de Encargos

Parte I

Capítulo I

Disposições Gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

1. A obra de “Construção da Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas do Bairro 1º de Maio, Penteado” está em fase de contrato sendo necessário contratar fiscalização para acompanhar os trabalhos da referida.
2. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento de consulta prévia que tem por objeto a aquisição de **“Serviços de Fiscalização da Empreitada de Construção da Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas do Bairro 1º de Maio, Penteado-Moita”** de acordo com as características técnicas definidas no presente documento.
3. O objeto do contrato abrange:
 - a) Obrigação de execução dos serviços que lhe forem adjudicados, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, da isenção, da independência, do zelo e da competência;
 - b) Assessoria geral à entidade adjudicante no âmbito da empreitada, englobando o planeamento e coordenação geral da obra e dos respetivos intervenientes;
 - c) Fiscalização da empreitada em tudo quanto o regime geral estabelece e que compreenderá, nomeadamente, a apresentação de documentos e relatórios que permitam a gestão financeira da



empreitada, o controlo da qualidade de execução dos trabalhos, a coordenação da segurança e saúde em obra e a verificação e a verificação da execução do Plano de Gestão de Resíduos de Construção e de Demolição;

4. A presente aquisição de serviços encontra-se classificada no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) conforme definido pelo Regulamento (CE) nº 213/2008, da Comissão de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia nº L 74, de 15 de março de 2008, com o código 71000000-8- Serviços de arquitetura, construção, engenharia e inspeções;

5. O procedimento segue o disposto nos artigos 112.º a 127.º do CCP.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, adiante designado por CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do artigo 101.º do CCP e pelos documentos que dele fazem parte integrante.

2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes documentos:

Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP.

- a. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- b. O presente Caderno de Encargos;
- c. A proposta adjudicada;
- d. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3. No caso de existirem divergências entre os vários documentos referidos nas alíneas a) a d) do número anterior prevalecem os documentos pela ordem em que são aí indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do diploma anteriormente referido.

Cláusula 3.ª

Proteção de Dados Pessoais

1. O Município da Moita informa que o tratamento dos dados pessoais recolhidos no âmbito do presente procedimento por Consulta Prévia, se efetua ao abrigo do Regulamento Geral de Proteção de Dados, doravante designado por RGPD, (Regulamento EU 2016/679).

2. O responsável pelo tratamento dos dados é o Município da Moita, pessoa coletiva 506791220, com sede na Praça da República, 2864-007 Moita, aqui representado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal.



3. Para qualquer assunto relacionado com a proteção de dados pode enviar carta para: Câmara Municipal da Moita, Praça da República, 2864-007 Moita, ou em alternativa para o endereço de correio eletrónico cmmoita@cm-moita.pt.
4. O tratamento dos dados destina-se ao procedimento identificado no n.º 1, mediante o disposto na alínea c) do n.º 1 artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), sendo necessário para a análise das propostas apresentadas, nos termos dos artigos 57.º e 70.º do CCP e, em caso de adjudicação, para a celebração e execução do contrato, ao abrigo dos artigos 81.º e 96.º do CCP.
5. O tratamento dos dados enquadra-se no disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e n.º 3 do artigo 6.º do RGPD.
6. Os dados pessoais serão conservados nos termos dos prazos legais de conservação administrativa determinados pela Portaria n.º 412/2001, de 17 de abril, alterada pela Portaria n.º 1253/2009 de 14 de outubro.
7. Os destinatários dos dados pessoais são o Município da Moita e a Saphety Level - Trusted Services, S.A (entidade subcontratante).
8. Assiste ao titular dos dados pessoais o direito de solicitar ao responsável pelo tratamento o acesso aos dados pessoais que lhe digam respeito, bem como a retificação ou o apagamento, ou a limitação do tratamento no que disser respeito ao titular dos dados, e do direito de se opor ao tratamento, bem como do direito à portabilidade dos dados.
9. O titular dos dados pessoais tem o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo, a Comissão Nacional de Proteção de Dados.
10. A comunicação de dados pessoais constitui um requisito necessário para celebrar um contrato, pelo que, o titular está obrigado a fornecer os dados pessoais. Caso o titular dos dados não forneça os dados pessoais não será possível a celebração do mencionado contrato.

Cláusula 4.ª

Disposições por que se rege a execução do contrato

A prestação dos serviços objeto do presente contrato obedece ao seguinte:

- a) Ao clausulado contratual e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que fazem parte integrante do contrato;
- b) Ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na atual redação, que aprovou o Código dos Contratos Públicos e respetiva legislação complementar;
- c) Ao Caderno de Encargos no que se relacionar com atribuições ou condições de desenvolvimento de ações de fiscalização de coordenação de segurança e saúde em obra, PSS, e da verificação da execução do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD);
- d) À Lei n.º 31/2009, de 03 de julho, alterada pelas Leis nº 40/2015, de 1 de junho, e nº 25/2018, de 14 de junho, que aprovou o regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização de obra e pela direção de obra;
- e) À restante legislação e regulamentação aplicável.

Cláusula 5.ª

Prazo Contratual

1. O prazo máximo para a prestação de serviço é de 480 (quatrocentos e oitenta) dias.
2. Os serviços a prestar pelo adjudicatário deverão ter início, previsivelmente, no prazo máximo de 10 dias após a consignação que ocorrerá após o visto do Tribunal de Contas ao contrato assinado entre a Câmara Municipal da Moita e o adjudicatário da obra, pois só a partir deste momento é permitido dar início à empreitada de construção. A comunicação para o início e conclusão dos trabalhos será escrita por parte do município.
3. O prazo do contrato poderá ser prorrogado até à data da receção provisória, desde que esta ocorra em data posterior ao final do contrato, mas nunca podendo ultrapassar, na totalidade, o valor previsto na legislação para o procedimento por consulta prévia.
4. Caso se verifique que a receção provisória não ocorre no prazo de obra previsto e que não há justificação para a manutenção do contrato, este poderá ser extinto a qualquer momento;
5. As obrigações do prestador de serviço concluem-se apenas com a aprovação da conta final e do relatório final, documentos a entregar, até 30 dias após a data da assinatura do auto de receção provisória da empreitada ou até 30 dias após a extinção do contrato nas condições referidas no ponto anterior.

Cláusula 6.ª

Alteração do Prazo

1. O prazo previsto na cláusula anterior poderá ser suspenso na sequência da suspensão dos trabalhos da empreitada e na mesma medida, poderá ser suspenso o contrato com a fiscalização, durante o mesmo período.
2. Quando se verificar a suspensão dos trabalhos da empreitada por qualquer período, independentemente da causa que a originou, o contraente público poderá reduzir ou suprimir a equipa de fiscalização, não tendo o prestador de serviços direito a qualquer indemnização por este facto.

Cláusula 7.ª

Preço Base

O preço base no valor de 74.880,00 € (Setenta e Quatro Mil, Oitocentos e Oitenta Euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, para o período de 480 dias, é o montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato, de acordo com a alínea a) do n.º.1 do artigo 47º do Código dos Contratos Públicos (adiante designado por CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, e demais legislação e regulamentação aplicáveis.

Cláusula 8ª

Consulta Preliminar ao Mercado

1. Com vista ao planeamento do presente procedimento nos termos do artigo 35.º-A foi realizada consulta preliminar ao mercado para os trabalhos do presente procedimento, com o objetivo de obter preços atuais do mercado, relevantes para fixar o preço base constante da cláusula 7.ª e em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 47.º, ambos do CCP.
2. Na consulta preliminar foram contactados dois operadores económicos mediante e-mail.
3. A informação resultante da consulta preliminar, caso seja solicitada, será disponibilizada aos concorrentes do procedimento, o que necessariamente só ocorrerá após ter terminado o prazo de apresentação de propostas, para evitar qualquer distorção da concorrência em virtude da participação na consulta preliminar.

Cláusula 9.ª

Local dos Serviços

Os serviços serão realizados no local onde se executará a empreitada, mais concretamente no Penteado, freguesia da Moita e nas instalações do Município quando tal se torne necessário e os serviços municipais o solicitem.

Capítulo II

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I

OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

Cláusula 10.ª

Obrigações Principais do Adjudicatário

O prestador de serviços está obrigado e será responsável por:

- a) Cumprir as cláusulas do contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante;
- b) Fazer cumprir o cronograma de execução da empreitada;
- c) Fazer cumprir o preço contratual da adjudicação da empreitada;
- d) Propor e aplicar as medidas corretivas necessárias, de forma atempada, aos eventuais desvios de prazos e custos, que se venham a verificar;
- e) Prestar ao contraente público, mediante relatórios mensais e sempre que solicitado, toda a informação relevante relativa a custos, prazos, segurança, saúde, qualidade, resíduos e ambiente;
- f) Atuar de acordo com a legislação aplicável, nomeadamente em matéria de Fiscalização e em matéria de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, do Estaleiro e de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.
- g) Assegurar a Coordenação de Segurança e Saúde, de acordo com o Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, na sua redação atual;
- h) Assegurar a fiscalização da Gestão de Resíduos de Construção e de Demolição, de acordo com o anexo

Logo Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, com a Retificação n.º 3/2021, de 21 de janeiro, que aprovou o novo Regime Geral da Gestão de Resíduos;

- i) Cumprir pontualmente todas as disposições regulamentares do caderno de encargos e demais disposições normativas não expressamente referidas, que se encontrem em vigor e que se relacionem com a empreitada;
- j) Respeitar e fazer respeitar, no que seja aplicável à empreitada a realizar e não esteja em oposição com os documentos do contrato que venham a ser especificados, as normas portuguesas, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais e as instruções de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes.
- k) Acompanhar testes e ensaios;
- l) Acompanhar a receção provisória;
- m) Acompanhar as vistorias;
- n) Elaborar o fecho de contas.

Cláusula 11.ª

Outras Obrigações do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o fornecedor a obrigação de cumprir as condições fixadas no contrato e na sua proposta.
2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais, informáticos e demais meios que sejam necessários e adequados à prestação de serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
3. Constituem, ainda, obrigações principais do adjudicatário:
 - a. Cumprir o Regulamento (EU) n.º 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre Proteção de Dados);
 - b. Respeitar os códigos deontológicos aplicáveis;
 - c. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
 - d. Realizar as tarefas com isenção, independência, zelo e competência;
 - e. Informar sobre o estado dos processos e trabalhos à sua responsabilidade, sempre que tal lhe for solicitado pelo Gestor do Contrato ou pessoa habilitada para o efeito;
 - f. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, o facto que torne total ou parcialmente impossível o fornecimento do material objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado;
 - g. Cumprir as normas de segurança e controlo de acesso em vigor nas instalações do Município de Moita;
 - h. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a

sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;

- i. Não fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade relacionada com o presente contrato, sem a prévia autorização do Município da Moita;

4. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, fornecimento de marcas, patentes, licenças ou outros direitos de propriedade industrial.

5. O adjudicatário deverá informar, de imediato, no caso de qualquer de as certificações, licenças e autorizações a que se refere o número anterior lhe serem retiradas, caducarem, serem revogadas ou por qualquer motivo deixarem de operar os seus efeitos, bem como no caso de qualquer situação a que seja sujeita e seja inibitória do exercício da sua atividade e do bom cumprimento do contrato.

6. O adjudicatário é responsável por qualquer violação das normas legais ou direitos de terceiros em relação a patentes, modelos de utilidade, marcas, modelos e desenhos industriais, direitos de autor ou direitos conexos, bem como quaisquer direitos de propriedade intelectual por ele utilizados, em que incorra no âmbito do presente procedimento.

7. Caso o Município da Moita venha a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos acima mencionados, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas e prejuízos que, em consequência, haja de incorrer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 12.^a

Conformidade e Operacionalidade do Serviço

1. O prestador de serviços obriga-se a prestar ao contraente público o serviço objeto do contrato com ascaracterísticas, especificações e requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos.
2. Caso se verifique que algum(s) elemento(s) da equipa de fiscalização não possuem conhecimentos para um desempenho adequado ou que revelem falta de dedicação e empenho nas tarefas ou ainda por qualquer outra situação, desde que devidamente justificada, o contraente público poderá solicitar a substituição do(s) elemento da equipa.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos ao serviço e às garantias a ele relativas, no que respeita à conformidade do serviço.

Cláusula 13.^a

Forma de Prestação do Serviço

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, com uma periodicidade trimestral, reuniões de coordenação com os representantes do Município da Moita, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.
2. As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita por parte do prestador de serviços, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.
3. A Câmara Municipal pode considerar dispensáveis as reuniões referidas em 1, por considerar que tem

informação suficiente, informando nesse caso o prestador de serviços em resposta às convocações referidas em 2.

4. O prestador de serviços fica também obrigado a apresentar ao Município da Moita com uma periodicidade mensal, um relatório com a evolução de todas as operações objeto dos serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.

5. No final da execução do contrato, o prestador de serviços deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos em cada fase de execução do contrato.

6. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 14.ª

Reuniões de Obra

As reuniões da obra com o empreiteiro serão semanais e têm por finalidade a resolução, esclarecimentos ou identificação de problemas pontuais da obra, ou com menor periodicidade, se necessário, sendo presididas pelo coordenador da equipa de fiscalização ou por quem este designar que elaborará a ata. Nestas poderão participar técnicos representantes do Município da Moita e o gestor do contrato da obra.

Cláusula 15.ª

Objeto do dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município da Moita, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 10 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 16.ª

Patentes, Licenças e Marcas. Registadas

1. São da responsabilidade do prestador de serviços quaisquer encargos decorrentes da utilização, no

fornecimento, de marcas registradas, patentes registradas ou licenças.

2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o prestador de serviços indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 17.ª

Horário

O prestador de serviços obriga-se a praticar um horário de trabalho idêntico ao horário praticado pelo empreiteiro da construção da obra.

Cláusula 18.ª

Procedimentos ambientais e de gestão de resíduos

1. É da inteira responsabilidade do adjudicatário o destino a dar aos resíduos produzidos ou recolhidos no decurso da sua atividade, sem prejuízo de poder utilizar as estruturas da Entidade Adjudicante destinada à recolha de resíduos, caso exista, e mediante previa autorização.
2. O adjudicatário deverá desenvolver as atividades objeto do presente procedimento, garantindo o cumprimento das normas ambientais aplicáveis.

Cláusula 19.ª

Procedimentos ambientais, segurança, higiene, saúde no trabalho e responsabilidade social

1. O Adjudicatário obriga-se, no decurso da prestação do serviço objeto do presente procedimento, a garantir o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis e boas práticas em matéria de Ambiente e de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho e responsabilidade social, nomeadamente:
 - a) Não utilizar e não apoiar em nenhuma circunstância a utilização de mão-de-obra infantil (menores de 16 anos), e caso seja detetada uma situação de trabalho infantil na empresa, assegurar a reparação do menor e da sua família, prestando a assistência necessária ao desenvolvimento do menor, ao nível da segurança, saúde e educação até atingir a maioridade;
 - b) Garantir a compatibilidade entre a atividade laboral a atividade escolar da mão-de-obra juvenil (menores com idade compreendida entre os 16 e 18 anos);
 - c) Garantir a todos os trabalhadores um ambiente de trabalho seguro e saudável, cumprindo a legislação em vigor;
 - d) Respeitar o direito dos trabalhadores à liberdade de associação e direito à negociação coletiva;
 - e) Não utilizar práticas abusivas ou que determinem perda da remuneração;
 - f) Não praticar qualquer tipo de discriminação (raça, classe social, nacionalidade, religião, deficiência, sexo, orientação sexual, associação a sindicato ou filiação política);

- g) Respeitar a legislação laboral nacional no que concerne ao horário de trabalho e ao descanso semanal, bem como em relação ao trabalho extraordinário garantir que seja excecional, remunerado e não ultrapasse, por trabalhador, as 12 horas semanais;
 - h) Não utilizar sistematicamente vínculos laborais precários ou outras formas de contornar as obrigações legais decorrentes da legislação laboral;
 - i) Garantir que o valor da remuneração atribuída aos trabalhadores cumpra os valores legalmente definidos para o salário mínimo nacional;
 - j) Comunicar à CMM qualquer ocorrência ou incidente ambiental, de segurança e saúde no trabalho e/ou de responsabilidade social;
 - k) Deixar a zona de trabalho nas melhores condições de arrumação e limpeza;
 - l) Contatar o seu interlocutor na CMM em caso de dúvida.
2. No caso de haver alterações aos normativos referidos no período de vigência do contrato, o Adjudicatário deverá adaptar a sua atividade de forma a garantir o seu cumprimento.
3. O cumprimento das obrigações acima descritas e, bem assim, de outras obrigações resultantes da legislação nacional não importa quaisquer encargos para a CMMoita.

Secção II

Obrigações do Município da Moita

Cláusula 20.^a

Preço contratual

1. Pela aquisição dos serviços de fiscalização objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da sua proposta, ao qual acresce o valor de IVA à taxa legal em vigor, cujo valor não pode exceder o preço base fixado em 74.880,00 € (Setenta e Quatro Mil, Oitocentos e Oitenta Euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para o período de 480 dias.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, nomeadamente os relativos ao transporte de bens e pessoas, alimentação e alojamento, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. Todos os custos com as deslocações para efeitos de análise de projetos ou para a obra julgadas necessárias e solicitadas pela entidade adjudicante, são da responsabilidade do prestador de serviços.

Cláusula 21.^a

Pagamento

1. Os pagamentos da prestação de serviços serão efetuados mensalmente.
2. A fatura referente ao pagamento do último mês de trabalho será efetuada com a entrega da Compilação

Técnica e Relatório Final, conforme estipulado na alínea q) da Clausula 44 deste Caderno de Encargos.

3. . As faturas devem ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência.
4. Os pagamentos são efetuados no prazo de 60 (sessenta) dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação a que se referem, devendo conter a menção do número de compromisso, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março e o constante no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na versão atualizada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 02 de junho.
5. As faturas deverão ser submetidas de forma desmaterializada no portal de faturação eletrónica Saphetydoc da Saphety, ou outra a indicar pelo Município. No caso de impossibilidade de usar este método as faturas poderão ser enviadas via e-mail para servico.contabilidade@cm-moita.pt.
6. Em caso de discordância por parte da CMM, quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
7. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no número um, as faturas serão pagas através de transferência bancária.
8. Em caso de atraso no cumprimento das obrigações pecuniárias por parte da entidade adjudicante, o adjudicatário tem o direito aos juros de mora sobre o montante em dívida, nos termos previstos no artigo 326.º do Código dos Contratos Públicos e da Lei n.º 3/2010, de 27 de abril.
9. Em caso de aplicação de penalizações o respetivo montante será deduzido no primeiro pagamento contratual que lhe seguir.
10. Aos preços contratados não é aplicável revisão de preços.
11. Aos preços contratados não é aplicável a concessão de adiantamentos.

Capítulo III

Penalidades Contratuais e Resolução

Cláusula 22.ª

Penalidades Contratuais

1. Se devido a atuação negligente ou culposa da entidade adjudicatárias se verificarem atrasos na execução da empreitada de construção, o prolongamento da duração do prazo contratual da entidade adjudicatárias far-se-á sem quaisquer encargos financeiros para a Entidade Adjudicante. A entidade adjudicatária suportará ainda os encargos com eventuais indemnizações ou outros custos que houver lugar devido a esses atrasos.
2. Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir ao adjudicatário o pagamento de sanções pecuniárias pelo incumprimento das datas e prazos de entrega acordados entre as partes, calculadas de acordo com a seguinte fórmula: $S = V \times A / 200$.
Em que S corresponde ao montante da sanção, V é igual ao valor do contrato e A é o número de dias em

atraso.

3. Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 329.º do CCP, o valor acumulado das sanções não poderá exceder 20% do preço contratual.
4. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Entidade Adjudicante exija uma indemnização por mora e incumprimento definitivo.
5. A não comparência do agente do prestador de serviços, seja qual for o seu nível ou categoria profissional, em qualquer local dos trabalhos ou fora dele para o qual esteja prevista a sua presença, por razões não devidamente justificadas, será passível de aplicação de uma multa correspondente ao valor de 1 (um) mês de intervenção do agente do prestador de serviços em falta.
6. Por cada reincidência do mesmo agente na falta referida no número anterior será duplicada a multa até ao máximo de 2 (duas) reincidências, a partir do qual esse agente será retirado dos serviços cometidos ao prestador de serviços.
7. Não haverá lugar a aplicação de multa prevista no número anterior no caso de o agente ter sido substituído, em tempo oportuno, por outro de categoria equivalente ou superior e o fato comunicado ao contraente público.
8. Por cada dia de atraso na instalação dos meios materiais, o prestador de serviços ficará sujeito à multa diária de 1 ‰ (um por mil) do preço contratual.
9. Quando qualquer multa, ou o somatório das multas aplicadas, atingir um montante igual ou superior a 10% (dez por cento) do preço contratual, o contraente público reserva o direito de optar em qualquer momento pela rescisão do contrato.
10. Por cada dia de atraso na apresentação ao contraente público, dos autos, faturas e revisões de preços da empreitada, será aplicada ao prestador de serviços da prestação de serviços a multa de 1‰ (um por mil) sobre o preço contratual total.

Cláusula 23.ª

Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte

em que intervenham;

- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- h) A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
- i) A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Resolução Contrato

Cláusula 24.^a

Resolução por parte do Município da Moita

1 A entidade adjudicante pode resolver o contrato com os fundamentos previstos na lei, por facto imputável ao prestador de serviços das suas obrigações contratuais, nos termos do disposto na parte final do n.º 1 do artigo 325.º e ainda do disposto nos artigos 333.º e 448.º do CCP;

2. A entidade adjudicante poderá resolver o contrato, a título sancionatório, no caso do prestador de serviços, violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente:

- a) Desvio do objeto da prestação de serviços;
- b) Interrupção da prestação de serviços por facto imputável ao adjudicatário;
- c) Incorreta execução dos serviços.
- d) Atraso, total ou parcial, na execução do serviço objeto do contrato.

4. O exercício do direito de resolução previsto nos números anteriores, não prejudica o direito da entidade adjudicante vir a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advierem da conduta do prestador de serviços e da resolução do contrato.

5. Se a resolução do contrato for imputável ao prestador de serviços, um dos elementos a ter em conta na avaliação quantitativa da responsabilidade é a diferença entre o valor dos trabalhos afetados pela resolução e aquele porque vierem a ser de novo adjudicados.

6. Em caso de resolução do contrato por parte da entidade adjudicante, ficarão automaticamente retidas e em seu poder todas as importâncias que este deva ao prestador de serviços por trabalhos executados ou que estejam em seu poder como garantia até ao apuramento da responsabilidade do Prestador de serviços.

7. Em caso de resolução do contrato e logo que esteja fixada a responsabilidade do prestador de serviços será o montante deduzido nos depósitos, nas quantias em dívida, ou por acionamento das garantias, sendo pago o saldo se existir.

8. A entidade adjudicante, independentemente da conduta do prestador de serviços, reserva-se o direito de resolver, por razões de interesse público, nos termos do artigo 334.º do CCP, total ou parcialmente, o contrato com o prestador de serviços, por carta registada com aviso de receção, enviada, sempre que possível, com a antecedência de 60 (sessenta) dias de calendário.

9. A entidade adjudicante poderá ainda resolver o contrato, nos termos e com os fundamentos previstos no artigo 335.º do CCP.

Cláusula 25.ª

Resolução por parte do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses. ou o montante em dívida exceda 25 % do preço contratual, excluindo juros.

2. O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da cláusula 30.ª.

3. Nos casos previstos no número 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Capítulo IV

Caução Seguros

Cláusula 26.ª

Caução

De acordo com o disposto na alínea a) do nº 2 do artigo 88º do CCP, não é exigida a prestação de caução.

Cláusula 27.ª

Seguros

1. É da responsabilidade do prestador de serviços a contratação de um seguro de responsabilidade civil que garanta a cobertura dos riscos inerentes e danos direta ou indiretamente emergentes da sua atuação com um valor mínimo correspondente ao valor da sua proposta.

2. O prestador de serviços obriga-se a efetuar o seguro do pessoal afeto à prestação de serviços em conformidade com o seguinte:

a) As apólices de seguro cobrirão acidentes de trabalho e doenças profissionais constando nelas uma cláusula pela qual a entidade seguradora se compromete a mantê-las válidas até à conclusão da empreitada;

b) As condições estabelecidas na alínea anterior abrangem igualmente o pessoal dos subcontratados que eventualmente trabalhem nos serviços de fiscalização da empreitada e de coordenação de segurança em

obra, bem como os eventuais consultores que venham a colaborar, mesmo que em tempo restrito, respondendo o prestador de serviços pela observância de tais condições perante o contraente público.

3. O prestador de serviços obriga-se a manter, durante toda a duração do contrato que vier a ser celebrado e eventual prorrogação, os seguros devidamente pagos e atualizados.

4. A entidade adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no nº anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-lo no prazo de 5 dias.

Capítulo V

Pessoal e Gestor do Contrato

Cláusula 28.^a

Pessoal

1. É da exclusiva responsabilidade do prestador de serviços o cumprimento das obrigações legais e regulamentares relativas ao pessoal empregado na prestação de serviços, nomeadamente no que concerne ao registo de pessoal, à aptidão profissional, condições de trabalho, organização de tempo de trabalho, disciplina, nacionalidade e idade, bem como o respeito pela legislação e regulamentação coletiva aplicável, incluindo, relativa aos direitos e garantias conferidos aos trabalhadores, ressaltando-se os referentes a remuneração, proteção da segurança e saúde e assistência em caso de doença ou acidente de trabalho.

2. O prestador de serviços é responsável perante a entidade adjudicante, pelos atrasos verificados na obra.

3. O prestador de serviços obriga-se a garantir que o pessoal utilizado na execução da prestação de serviços seja portador, em local de fácil visibilidade e leitura, de distinto de identificação nominal autenticado pela empresa adjudicatária e com indicação de que se trata de pessoa ao serviço do Município da Moita.

Cláusula 29.^a

Gestor do Contrato

1. O contraente público designa como gestor do contrato nos termos do artigo 290.º-A do CCP a Eng.^a Luisa Maria Duarte Gomes Rodrigues, técnica superior da Câmara Municipal da Moita, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato.

2. O prestador de serviços deverá nomear um técnico que o represente em tudo o que concerne aos serviços a prestar, o qual servirá de interlocutor entre a entidade adjudicante e o prestador de serviços para a resolução e/ou conhecimento de quaisquer assuntos inerente ao objeto do contrato.

3. Para efeitos do cumprimento do exercício das funções de gestão do contrato o prestador de serviços deverá disponibilizar os contactos telefónicos e de endereço eletrónico do representante por si nomeado.

4. O prestador de serviços estará sujeito à supervisão da execução do contrato, a qual será assegurada pelo gestor de contrato.

5. Sempre que se verifiquem desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, o gestor do contrato deverá constituir evidência documental de todas as ocorrências existentes, devendo ainda encetar junto do prestador de serviços os procedimentos tendentes à sua correção.

Capítulo VI
Resolução de Litígios

Cláusula 30.ª

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VII
Disposições Finais

Cláusula 31.ª

Cessão e Subcontratação da Posição Contratual por Iniciativa do prestador de serviços

1. A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.
2. A cessão da posição contratual com iniciativa por parte do cocontratante depende da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial cessionário que foram exigidos ao cedente na fase de formação do contrato.
3. A autorização da subcontratação depende da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial subcontratado que foram exigidos ao subcontratante na fase de formação do contrato.

Cláusula 32.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 33.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 34.ª

Legislação aplicável

1. Em tudo o não especificado no presente caderno de encargos, aplicam-se subsidiariamente, as disposições constantes do Código de Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, e demais legislação e regulamentação aplicáveis.

2. Em todas as matérias não expressamente reguladas no presente Caderno de Encargos observar-se-á o disposto na legislação nacional e comunitária.

Parte II
Parte Técnica
Capítulo VIII
Cláusula 35ª
Objetivos Gerais

O objetivo deste procedimento é a fiscalização da empreitada de **“Construção da Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas do Bairro 1º de Maio, Penteado - Moita”**.

Esta obra consiste na execução de um conjunto de coletores gravíticos de águas residuais domésticas em PVC, num total de 4,14km de extensão, incluindo as respetivas câmaras de visita e ramais no Bairro 1º de Maio, Penteado. Pretende-se disponibilizar o serviço de drenagem de águas residuais domésticas a uma parte significativa da população residente a possibilidade de usufruir de um adequado serviço público de saneamento de águas residuais, o que permitirá uma melhoria significativa da sua qualidade de vida e a preservação do meio ambiente. A obra consiste ainda na pavimentação dos arruamentos após a execução da rede de drenagem.

A empreitada a fiscalizar tem o valor de 1.270.298,69 € (um milhão duzentos e setenta mil, duzentos e noventa e oito euros e sessenta e nove centimos), acrescido do IVA à taxa de 6%,

Cláusula 36ª
Âmbito da Fiscalização

1. A empreitada de “Construção da Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas do Bairro 1º de Maio, Penteado”, que irá ter início após o visto do Tribunal de Contas, necessita da constituição e gestão de um sistema de informação e controlo, bem como da fiscalização de coordenação, em matéria de segurança, saúde, acompanhamento ambiental e planeamento e gestão dos resíduos de construção e demolição o que constitui o objeto da presente aquisição de serviço.
2. Em termos gerais, a intervenção no âmbito da empreitada será a fiscalização de trabalhos constantes do projeto de execução.

Cláusula 37ª
Serviços a Executar

1. A prestação de serviços tem como objeto assegurar os serviços necessários de fiscalização e coordenação de todas as atividades relativas à empreitada incluindo ainda a coordenação, em matéria de segurança e saúde, gestão de resíduos e o acompanhamento ambiental durante a sua execução, de modo a permitir a

fiscalização dos trabalhos, com especial incidência nos seguintes itens:

- a) Controlo dos processos, qualidade da construção, ambiente e segurança e saúde;
- b) Controlo económico, financeiro e controlo de prazos;
- c) Informação sobre o desenvolvimento dos fornecimentos e empreitada;
- d) Controlo dos aspetos logísticos do estaleiro da empreitada e respetivas interfaces.

2. As funções relacionadas no número anterior serão realizadas através de tarefas específicas que se relacionam nos artigos seguintes, sem carácter taxativo, podendo o prestador de serviços prosseguir as atividades, exercer os direitos e competências atribuídas e praticar os atos que se revelem necessários ou convenientes aos fins epoderes atribuídos.

3 A equipa de fiscalização disporá, para funcionamento dos seus serviços, das instalações que o empreiteiro instalará para a fiscalização, na zona abrangida pela obra.

Cláusula 38ª

Constituição da Equipa Técnica

2. A equipa de fiscalização e coordenação de segurança deverá integrar técnicos com especialização adequada para as tarefas que terão de desenvolver, em conformidade com o definido presente caderno de encargos e deverá ser constituída pelos técnicos e nos regimes mínimos de afetaçãoseguintes:

Elemento da Equipa	Habilitações mínimas	Afetação %
Engenheiro Civil Sénior – Diretor de Fiscalização com funções de chefia e coordenação da equipa	Licenciatura e engenharia civil e experiência mínima de 8 anos em fiscalização e que faça parte do quadro da empresa há 2 anos	20
Engenheiro Civil – com funções de fiscalização e de medição e orçamento	Licenciatura em engenharia civil pré Bolonha ou mestrado, pós Bolonha, e experiência mínima de 3 anos em fiscalização	60
Coordenador de segurança e saúde em obra	Licenciado em engenharia civil com certificado de formação de técnico superiorde segurança e saúde no trabalho, com experiência mínima de 5 anos em coordenação e segurança em obra	20
Topografo	Topografo com experiência profissional mínima de 8 anos	20

3. O engenheiro civil afeto à fiscalização pode acumular com a função de coordenador de segurança e saúde em obra no caso de ter certificado de formação de técnico superior de segurança e saúde no trabalho.

4. Qualquer substituição do coordenador ou dos elementos da equipa técnica a afetar à prestação de serviços carece de aprovação prévia da entidade adjudicante, nunca podendo ser propostos técnicos com habilitações inferiores às definidas no ponto anterior.

5. O recurso por parte do prestador de serviços à intervenção de quaisquer outros especialistas (geólogo, arquiteto, jurista, orçamentista, etc.) não implicará, para entidade adjudicante, qualquer encargo financeiro ou de outro tipo.
6. Serão entregues todos os relatórios elaborados pela fiscalização da obra que foi executada até à data devendo a equipa técnica, sob orientação do coordenador, estudar o processo, inteirar-se do estado dos trabalhos, dos problemas pendentes e participar/propor as melhores soluções para decisão do dono de obra.
7. Na entrega dos Documentos de Habilitação, o cocontratante pode apresentar alterações nominativas dos técnicos acompanhado dos respetivos currículos e da titularidade das habilitações literárias.

Cláusula 39ª

Diretor de Fiscalização da Obra

1. Deverá ser no mínimo um Licenciado em Engenharia Civil, que assumirá as funções de Engenheiro Residente e de principal responsável do adjudicatário na obra, assegurando a gestão dos serviços técnicos, administrativos e financeiros, bem como o comando hierárquico do pessoal afeto à fiscalização da obra.
2. Deverá possuir elevada capacidade de trabalho, de chefia e competência técnica, ter perfeito conhecimento do projeto a fiscalizar, ser o principal animador de toda a equipa cujos esforços coordena, competindo-lhe a responsabilidade acompanhar permanentemente os trabalhos, estando sempre presente no local da obra.
3. O Diretor de Fiscalização da obra responde perante o Dono da Obra pela coordenação e fiscalização dos trabalhos, sendo obrigado a prestar-lhe todos os esclarecimentos que este lhe solicitar e a acompanhar os seus representantes sempre que para tal seja convocado.
4. Todas as faltas, omissões ou erros de qualquer natureza que o Diretor de Fiscalização possa cometer, serão sempre da responsabilidade do adjudicatário.
5. As funções de Diretor de Fiscalização da empreitada podem ser acumuladas com as de representante do adjudicatário, ficando então este técnico com os poderes necessários para responder perante o Dono da Obra por tudo quanto respeitar à fiscalização das obras e às restantes responsabilidades do adjudicatário para com o Dono da Obra.
6. O Diretor de Fiscalização deverá, durante todo o período de vigência do contrato a que se refere este caderno de encargos, ter a sua residência permanente e fixa em local próximo da zona dos trabalhos da empreitada, devendo a sua morada e número de telefone serem oficialmente declarados ao Dono da Obra. É também exigido que esteja 24 horas por dia contactável.
7. O Diretor de Fiscalização assumirá também as funções de responsável pelos serviços que o adjudicatário assegurará no âmbito das ações enquadráveis nas atribuições definidas nas cláusulas respeitantes coordenação, controlo do planeamento, custos e quantidades, Controlo (supervisão) da execução da obra e garantia da segurança na execução dos trabalhos deste caderno de encargos.

Cláusula 40ª

Fiscal de Construção Civil

1. O Fiscal de Construção Civil com experiência profissional na direção ou fiscalização de obras públicas ou particulares de empreitadas de envergadura e complexidade comparáveis à presente.
2. O Fiscal de Construção Civil deverá, durante todo o período de vigência do contrato a que se refere este caderno de encargos, ter a sua residência permanente e fixa em local próximo da zona dos trabalhos da empreitada, devendo a sua morada e número de telefone serem oficialmente declarados ao Dono da Obra.
3. O fiscal assumirá as funções de responsável pelos serviços que o adjudicatário assegurará no âmbito das ações enquadráveis nas atribuições definidas na cláusula respeitante ao Controlo (supervisão) da execução das obras deste caderno de encargos, em perfeita sintonia com o Diretor de Fiscalização de Obra.

Cláusula 41ª

Equipamentos de escritório, reprodução e materiais de consumo corrente

1. O adjudicatário deverá por à disposição o seguinte equipamento de escritório, reprodução e arquivo, que permita um funcionamento adequado, em cada momento, à estrutura organizativa sediada na obra.
2. Será da responsabilidade do adjudicatário o fornecimento, manutenção e consumo corrente de todo o material que reverterá a seu favor no final do contrato.

Cláusula 42ª

Meios Informáticos e Vídeo-Fotográfico

1. O adjudicatário deverá pôr à disposição os meios informáticos que permitam um funcionamento adequado, em cada momento, à estrutura organizativa sediada na obra, devendo no mínimo instalar o seguinte equipamento, sem prejuízo de por sua conta o reforçar se assim o entender:
 - a) PC's compatíveis com as necessidades de transmissão de informação em processamento de texto, folha de cálculo e base de dados definidas neste caderno de encargos;
 - b) impressora a jato de tinta ou laser;
 - c) Software necessário para o desempenho das funções.
3. O adjudicatário deverá dispor de uma máquina fotográfica digital que também efetue vídeo, que permitam o registo adequado do desenvolvimento da obra.

Cláusula 43

Instalações para a Fiscalização

1. O adjudicatário disporá para funcionamento dos seus serviços das instalações que o empreiteiro irá construir no local da obra.
2. Até à montagem do estaleiro da empreitada o Adjudicatário garantirá, na sua sede ou noutro local que disponha, as instalações necessárias às primeiras fases da prestação de serviços, sendo as reuniões nas instalações do Dono da Obra.

3. Após a montagem do estaleiro da empreitada, o Adjudicatário disporá, para o funcionamento dos seus serviços, de instalações ali integradas, sendo da conta do Adjudicatário a manutenção e limpeza dessas instalações, bem como do seu equipamento e mobiliário.

Cláusula 44ª

Responsabilidade da Fiscalização

De acordo com o âmbito da presente prestação de serviços, incumbirá ao adjudicatário o controlo da qualidade técnica da execução dos trabalhos que constituem a empreitada e ainda, nos termos legais, verificar o exato cumprimento do projeto e suas alterações, do contrato, do Caderno de Encargos e do Plano de Trabalhos em vigor, designadamente:

- a) Controlar o cumprimento do programa de trabalhos;
- b) Emitir pareceres fundamentados sobre eventuais pedidos de prorrogação de prazo da empreitada adjudicada;
- c) Apresentar propostas para a realização de trabalhos a mais ou a menos, bem como pareceres sobre propostas apresentadas pela empresa adjudicante;
- d) Verificar a operacionalidade e segurança do estaleiro de apoio à construção da obra quer no que respeita às condições de trabalho interno quer quanto às influências recíprocas com as áreas vizinhas;
- e) Controlar os trabalhos, verificando os processos construtivos utilizados pelo empreiteiro;
- f) Verificar o cumprimento das normas de segurança aplicáveis, propondo atempadamente todas as medidas julgadas pertinentes. Neste âmbito, deverá também elaborar inquéritos e análises pormenorizadas sobre todos os acidentes ocorridos, responsáveis por danos humanos e/ou materiais;
- g) Informar sobre a situação de trabalhos a mais ou a menos, bem como de trabalhos complementares da empreitada, já existentes ou previstas e suas repercussões nos prazos e custos da empreitada;
- h) O Dono da Obra só aceitará os autos dos trabalhos a mais em espécie, se por ele forem aprovados e desde que devidamente acompanhados das respetivas fichas justificativas, as quais, para além de outra informação que se considere relevante, deverão conter, número do trabalho, designação, localização (de preferência com anexo desenhado), elementos técnicos de suporte, justificação para a sua ocorrência, preços unitários acordados ou fixados pelo Dono da Obra, estimativa das quantidades a executar, mês base de reporte, para efeitos de revisão de preços.
- i) Proceder mensalmente em conjunto com o empreiteiro às medições dos trabalhos executados para elaboração dos autos de medição da obra e informar sobre reclamações eventualmente apresentadas pelo empreiteiro;
- j) Analisar, conferir e visar as situações de trabalhos mensais justificativos dos pagamentos ao empreiteiro e das correspondentes revisões de preços, no prazo máximo de 5 dias úteis após a sua entrega por parte do empreiteiro, remetendo de imediato uma cópia das mesmas ao Dono da Obra, acompanhada de um mapa com indicação dos acumulados por artigos e devolvendo o original e respetivas cópias ao empreiteiro para emissão da correspondente fatura;
- k) Manter permanentemente atualizados os registos semanais dos trabalhos realizados;

- l) Dar parecer sobre os trabalhos executados e as propostas formuladas pelo empreiteiro no que respeita aos materiais, equipamentos e processos a utilizar em obra, recorrendo sempre que julgue necessário e/ou o Dono da Obra assim o entenda, a ensaios de controlo em laboratório do empreiteiro e/ou oficial;
- m) Verificar e aprovar a implantação das partes integrantes da obra e sua geometria ao longo da sua realização;
- n) Propor esquemas alternativos para a circulação de trânsito, sempre que se afigure necessária a interrupção das vias;
- o) Participar nas vistorias e nos autos de receção provisória da obra;
- p) Elaborar a conta final da empreitada;
- q) Proceder à entrega da Compilação Técnica da obra e Relatório Final, onde estão incluídas as telas finais já verificadas pela fiscalização.

Cláusula 45ª

Segurança e Saúde

No exercício da coordenação de segurança na fase de obra, o prestador de serviços deverá assegurar as seguintes funções:

- a) Afixar, atualizar e manter a comunicação prévia de início de trabalhos no estaleiro e comunicar alterações relevantes à ACT - Autoridade das Condições de Trabalho;
- b) Avaliar o plano de segurança e saúde a desenvolver pelo empreiteiro, indicando as atualizações e alterações necessárias;
- c) Participar na planificação dos trabalhos a executar em obra para que, na preparação dos trabalhos, quer por parte do empreiteiro quer por parte dos subempreiteiros, seja garantida a aplicação das medidas de prevenção em relação aos riscos das atividades a executar previstas no PSS, ou no caso de omissões, sejam por estes formuladas as alterações adequadas;
- d) Garantir que sejam efetuadas as adaptações ao PSS e às compilações técnicas, assegurando a sua atualização permanente, cabendo-lhe aprovar as propostas de alteração e de aditamento aos PSS apresentadas pelos empreiteiros;
- e) Fiscalizar a aplicação dos PSS e das disposições legais, bem como das determinações provenientes das autoridades públicas com competência fiscalizadora;
- f) Assegurar que as verificações de segurança se façam de forma adequada e atempada, visando a não utilização de equipamentos que não ofereçam segurança;
- g) Exigir do empreiteiro a implementação das medidas necessárias para garantir a segurança, devendo promover a suspensão de trabalhos até que se encontrem reunidas as condições adequadas para a sua execução;
- h) Verificar o cumprimento de obrigações legais e contratuais que são cometidas aos empregadores e aos trabalhadores e desencadear as ações corretivas, sem prejuízo da suspensão dos trabalhos no caso de perigo grave e iminente;

- i) Promover medidas para que o acesso ao estaleiro e frentes de trabalho seja reservado a pessoas autorizadas;
- j) Averiguar o nível de informação dos trabalhadores e da sua adesão à prevenção, devendo alertar o Empreiteiro para situações que não respeitem as condições de segurança;
- k) Assegurar que os empregadores promovam a divulgação de informação sobre os riscos profissionais, através de ações de formação/divulgação dos PSS dirigidas aos trabalhadores;
- l) Dar notícia imediata da ocorrência de acidentes e participar na elaboração dos respetivos inquéritos;
- m) Garantir nos termos do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, a comunicação à ACT dos acidentes graves e impedir o acesso ao local do acidente de pessoas, máquinas e materiais até à recolha de elementos para o inquérito;
- n) Verificar a validade e adequação dos registos das informações exigidas pelo regulamento de segurança e PSS que devem ser prestadas pelo empreiteiro e subempreiteiros, nomeadamente quanto à validade e adequação das apólices de seguro, contratação de trabalhadores estrangeiros, inscrição dos trabalhadores na Segurança Social, licenças, homologações e certificações;
- o) Organizar e manter o arquivo de todas as informações relativas à segurança;
- p) Criar e fazer funcionar as comissões derivadas do cumprimento da lei, designadamente das condições de segurança;
- q) Prestar apoio e informação às autoridades públicas competentes nas situações que digam respeito ao contraente público;
- r) Avaliar os níveis de segurança e elaborar um relatório mensal sobre os níveis de segurança na obra.

Cláusula 46ª

Sistema de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição

1. O prestador de serviços obriga-se a verificar a implementação e controlo do sistema de gestão de resíduos de construção, de acordo com a legislação em vigor.
2. O diretor da fiscalização deverá integrar no desempenho das suas funções, o controlo dos aspetos relacionados com a gestão de resíduos de construção.
3. Após a conclusão da empreitada o prestador de serviços fornecerá ao Município da Moita, devidamente organizado, em papel e/ou suporte digital, conforme este vier a definir, toda a documentação relevante recolhida no âmbito da gestão de resíduos de construção, incluindo todos os registos previstos no plano de gestão de resíduos.

Cláusula 47ª

Relatório Mensal

Deverá ser apresentado um relatório mensal incluindo obrigatoriamente o seguinte:

- a) Quantidades ou percentagens de trabalhos realizados (no mês acumulados e por realizar);
- b) Rendimentos atingidos;

- c) Desvios relativos ao plano de trabalhos e sua justificação;
- d) Fotografias dos aspetos mais significativos da obra;
- e) Atrasos e avanços verificados relativos às programações do mês anterior e global da empreitada, suas justificações e reforço de meios necessários ao cumprimento do prazo da obra;
- f) Resumo das principais ações no mês seguinte e metas a atingir;
- g) Listagens das ações e aprovações a obter por parte do Dono da Obra no mês seguinte (trabalhos a mais ou a menos, complementares, aprovação de planos de trabalho, etc.);
- h) Listagem de erros, indefinição e alterações de projeto, bem como a sua quantificação económica;
- i) Outras ocorrências dignas de registo.

Cláusula 48ª

Trabalhos a menos e complementares

O prestador de serviços deverá antecipadamente propor ao Município da Moita a realização de trabalhos a menos ou complementares que serão motivo de uma informação contendo obrigatoriamente os seguintes pontos:

- a) Justificação dos mesmos;
- b) Enquadramento nos elementos de projeto;
- c) Apreciação minuciosa dos preços novos, referindo a data a que os mesmos se reportem e a sua atualização pela fórmula de revisão de preços;
- d) Quantidades totais a executar e a suprimir, bem como os respetivos custos (valor do IVA em separado);
- e) Avaliação e informação dos custos de estaleiro originados pelos trabalhos complementares.

Cláusula 49ª

Conta Final da Empreitada e Relatório Final

O prestador de serviços deverá apresentar a conta final da empreitada elaborada de acordo com o estabelecido nos artigos 399.º a 401.º do Código dos Contratos Públicos.

O prestador de serviços deverá ainda apresentar um relatório final da obra, de acordo com o previsto no artigo 402.º do mesmo diploma.

Cláusula 50ª

Receção Provisória

O prestador de serviços fará parte da comissão de receção provisória da empreitada, elaborando o respetivo auto.

Cláusula 51ª

Telas Finais e Compilação Técnica

O prestador de serviços diligenciará para que sejam executadas todas as telas finais e respetivo suporte digital da obra, cabendo-lhe a sua validação e entrega de forma ordenada e classificada à entidade adjudicante, integradas na compilação técnica, conforme se encontra detalhada no Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro e no dossier da empreitada.

Cláusula 52ª

Conclusão da prestação de serviços de fiscalização

1. Logo que a empreitada for objeto de receção provisória, a fiscalização informará por escrito a entidade adjudicante e proceder-se-á em conjunto, a uma vistoria geral da obra, finda a qual poderá ser lavrado um auto de conclusão dos trabalhos da obra, que será assinado por representantes qualificados das duas partes.
2. Se nada houver em contrário e se a entidade adjudicante tiver assinado o auto de conclusão dos trabalhos da obra, considera-se concluída a parte da prestação de serviços de fiscalização relativa à execução da obra.
3. Logo que as peças indicadas na cláusula anterior sejam entregues e forem encerradas as contas relativas à empreitada, e na posse do auto de receção provisória e do relatório final da obra a fiscalização informará por escrito a entidade adjudicante e proceder-se-á a uma reunião conjunta de avaliação final, finda a qual poderá ser lavrado um auto de conclusão da fiscalização da obra, que será assinado por representantes das duas partes.
4. O fecho de contas da empreitada traduz o termo das obrigações contratuais decorrentes da presente prestação de serviços.

Cláusula 53ª

Disposições Finais

Quando da assinatura do contrato será fornecida pelo contraente público ao prestador de serviços uma cópia integral de todos os projetos que constituem a empreitada, em suporte informático.